



PRIMEIRO
MINISTRO

**PALESTRA DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**Da Guerra à Paz e ao Desenvolvimento Sustentável: Uma Lição para o
Mundo**

The Arnold A. Saltzman Institute of War and Peace Studies
Universidade de Columbia, Nova Iorque
25 de setembro de 2024



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Dili, Timor-Leste

Ilustre Professora V. Page Fortna

Ilustre Professor Jean-Marie Guéhenno

Corpo docente

Estudantes

Senhoras e Senhores,

É, para mim, um enorme privilégio estar aqui hoje no *Instituto Arnold A. Saltzman de Estudos sobre a Guerra e a Paz* da Universidade de Columbia.

Agradeço o honroso convite para me dirigir a esta ilustre audiência. Confesso que nada poderia ser mais gratificante do que, nesta deslocação a Nova Iorque para participar na Assembleia Geral das Nações Unidas, ter a oportunidade de estar com este público jovem, inteligente e curioso.

Estes jovens que seguram nas mãos, ou melhor dizendo, nas mentes, a responsabilidade de contribuírem para um futuro de paz e desenvolvimento, são uma esperança para o nosso futuro comum. Sendo, este, aliás, o principal tema que domina a agenda desta intensa semana na sede das Nações Unidas.

E começo por referir a importância deste Instituto de Estudos sobre a Guerra e a Paz, criado na década de 50, para promover a compreensão das *“consequências desastrosas da guerra no progresso espiritual, intelectual e material do homem”*.

À época da criação do Instituto, como sabem, estávamos no rescaldo da Segunda Guerra Mundial.

A ONU tinha sido criada uns anos antes, e o mundo, ainda com a memória das atrocidades da guerra, sentia-se imbuído por um sentimento

de confiança de que jamais, em tempo algum, seriam repetidas semelhantes crueldades na história global.

Falamos do holocausto e de grupos perseguidos, falamos da doença, fome e pobreza extrema devido à guerra, falamos de massacres e de todo o tipo de abusos de direitos humanos, falamos de milhões de pessoas deslocadas e, inclusivamente, do lançamento de bombas atômicas.

As cicatrizes da guerra perduraram na história. E, no entanto, o ser humano parece incapaz de evitar cenários de ódio, conflito e injustiça que poderão conduzir novamente à guerra.

O que vos proponho hoje não é uma lição, mas antes uma reflexão.

A reflexão sobre como um povo, o de Timor-Leste, após cinco séculos de colonização e 24 anos de guerra, conseguiu emancipar-se e escolher um destino de paz, democracia e desenvolvimento.

Uma reflexão sobre como a paz é condição indispensável em qualquer processo de desenvolvimento sustentável. E uma reflexão sobre a importância do multilateralismo para a conceção de um mundo pacífico e desenvolvido.

Senhoras e Senhores,

Começo por lembrar que Timor-Leste é uma meia ilha situada entre a Ásia e o Pacífico, mais exatamente entre o arquipélago indonésio e o vasto continente australiano.

O povo timorense é portador de uma identidade indígena ímpar com influências culturais e cristãs, que fazem com que sejamos um dos países mais católicos do mundo inteiro e com que tenhamos adotado, para uma das nossas duas línguas oficiais o português, uma língua totalmente

diferenciadora na região. A nossa outra língua oficial é o tétum, a nossa língua franca indígena.

Temos traços ancestrais que se deixaram fundir com novas culturas, hábitos e tradições; e uma natureza independentista que apesar de reprimida pelo poder colonial, foi crescendo em vontade insuperável, com muitas rebeliões anticoloniais de várias gerações.

E, assim, enquanto o mundo se dividia em dois polos para disputar a hegemonia mundial, em pleno período da guerra fria, em Timor-Leste ia crescendo este sentido coletivo de pertença a um ideal de liberdade.

Nos anos 60, Timor, como muitas outras colónias, entrou no radar da ONU e dos movimentos a favor da descolonização, passando a ser considerado como um “Território Não Autónomo sob administração portuguesa”.

E se a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, com a queda da ditadura portuguesa, aprimorou a tal convicção de sermos donos do nosso próprio destino, o período da guerra fria em que vivíamos teimou em roubar-nos esse destino.

Os protagonistas regionais de então - dos EUA, ao Reino Unido, à Austrália e à Nova Zelândia - não acreditavam na viabilidade da nossa independência, considerando que a anexação à Indonésia seria a melhor solução para a paz mundial.

E embora em Timor se sonhasse com a descolonização, e se fossem criando associações políticas, até então proibidas, e realizando tertúlias sobre programas e estruturas de governação para o futuro, os interesses estratégicos, sobretudo da Indonésia e da Austrália, eram de incutir a divisão entre as nossas diferentes associações políticas, e entre os nossos jovens, levando inevitavelmente a uma curta guerra civil que fomentou, ainda mais, a nossa suposta inviabilidade.

Relembro que esta época coincidiu com o período em que os EUA perderam a guerra no Vietname, temendo-se a expansão de regimes de natureza socialista. Por outro lado, o nosso muito pequeno país tinha sido assinalado como detentor de reservas de petróleo.

Ainda assim, a 28 de novembro de 1975, tivemos a coragem de declarar unilateralmente a nossa independência. Mas, nove dias depois, fomos invadidos pela Indonésia.

Uma invasão brutal, com armamento pesado e dezenas de milhares de soldados, sob o espanto de uma população indefesa e sob a indiferença da Comunidade Internacional.

Mas, os militares indonésios também foram surpreendidos, pois não esperavam uma resistência resiliente e organizada que estava preparada para morrer pela liberdade.

Foram 24 anos de sacrifício que dizimaram mais de um terço da nossa população. Conhecemos as agruras da guerra e da sua violência, a fome, a doença e uma série de abusos inimagináveis.

Porém, esta ocupação não teria durado 24 anos, se os países ocidentais não tivessem fornecido armas, tanques de guerra, aviões e treino a oficiais indonésios, para melhorarem a sua capacidade de combate, visando aniquilar a resistência do pequeno exército de guerrilha timorense.

E não teria durado 24 anos, se a Comunidade Internacional não tivesse ignorado o nosso sofrimento. Isto enquanto a Indonésia e a Austrália negociavam um acordo de partilha de recursos, para dividir os valiosos recursos petrolíferos situados no fundo do nosso mar.

Senhoras e Senhores
Caros Estudantes,

Eu estou a falar de Timor, entre as décadas de 70 e 90 do século XX, mas convido-vos a refletir sobre a quantidade de países que, atualmente, em pleno século XXI, se encontram numa situação similar. Quantos países se encontram isolados e ignorados, com o seu povo a sofrer, enquanto prevalecem, indiferentes a este sofrimento, os interesses económicos e geoestratégicos de nações poderosas?

Para nós, durante o período de ocupação, foi essencial refletir sobre o mundo com um pensamento crítico, compreendendo que éramos vítimas de um ideal de superioridade ocidental e de um modelo de poder bipolarizado. Foi uma época em que o Sul Global não tinha voz nem poder contra a hegemonia do Norte.

Em 1983, as partes beligerantes concordaram com um cessar-fogo, que durou apenas 6 meses. Nas negociações, defendemos uma solução pacífica e apresentámos ao Governo da Indonésia o nosso “Plano de Paz”.

Nesse “Plano de Paz”, pedíamos o envolvimento mais ativo das Nações Unidas, e que Portugal (potência administrante) e a Indonésia (potência ocupante) comesçassem a negociar, com seriedade, um ato referendário para que os timorenses decidissem o seu destino.

Em 1989, com a queda do muro de Berlim, os timorenses, apesar de exaustos, começaram a recuperar a esperança com base na propalada “Nova Ordem Mundial”.

A década de 90 foi, enfim, uma década de viragem para o futuro de Timor.

Isto porque não só a nossa situação começava a ganhar visibilidade internacional, pela infeliz coincidência de um massacre sobre cerca de quase trezentos jovens timorenses que se uniram numa manifestação pacífica, o chamado Massacre de Santa Cruz de 1991, filmado pelo jornalista Max Stahl, o qual conseguiu extrair as imagens para fora do país.

Por outro lado, outro país ocupado há quase cinco décadas, o Saara Ocidental, tinha conseguido, em 1991, que o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabelecesse uma Missão das Nações Unidas para um Referendo.

Como podem imaginar, esta perspectiva de realização de um referendo para um país numa situação muito similar à nossa, encheu-nos de esperança, pois acreditávamos que iria chegar também a nossa vez.

Faço aqui um aparte, para referir que o processo referendário no Saara Ocidental, que deveria ter ocorrido em 1992, acabou por ser adiado por uma decisão das Nações Unidas de não avançar com o processo sob o princípio de “*não se conseguir pôr fim à situação de violência*”. E, hoje, 32 anos depois, o Saara Ocidental continua arrasado pela violência e ocupação, perante a dormência da Comunidade Internacional.

Atualmente, é preciso continuar a apelar pelo cumprimento do direito internacional para o Saara Ocidental, para a Ucrânia, para a Palestina e para uma série de países em conflito.

O multilateralismo provou que pode encontrar soluções para a paz e para a estabilidade no mundo. É preciso reavivar esta memória e recuperar a confiança perdida.

Lembro que na década do surgimento do multilateralismo, nasceu formalmente a União Europeia e alargaram-se democracias, também mediante processos de negociação e assistência técnica. Podemos encontrar bons exemplos desde a América Latina, à África e à Ásia, incluindo a normalização da situação entre o Iraque e o Kuwait, o plano de autonomia para Gaza e o West Bank, a independência da Namíbia, o fim do “apartheid” na África do Sul.

Podemos também sublinhar que se deu início à transição democrática na Indonésia, a qual levou ao direito de voto pela independência de Timor-Leste.

Foi a 30 de agosto de 1999 que, apesar da intimidação e violência, que quase levou também ao adiamento do nosso referendo – o que não aceitámos dado o exemplo do Saara Ocidental - o povo timorense votou corajosa e esmagadoramente pelo seu direito de liberdade e independência.

E se a independência de Timor se deve à resistência e bravura do seu povo, de certa forma também o deve a um maior empenhamento da comunidade internacional.

Graças a este período da história - o período do multilateralismo - marcado por uma maior diplomacia a favor da resolução de crises e conflitos, por oposição a um paradigma de desconfiança, imposição e ameaça.

Celebrámos este ano o 25.º aniversário desta votação a que chamamos “Consulta Popular”.

E se estamos eternamente gratos à ONU, a Portugal e à Indonésia pela negociação do processo, e à Comunidade Internacional por se unir em torno da concretização do sonho timorense, incluindo a posterior manutenção de paz e administração transitória, parece-me justo dizer que a Comunidade Internacional também deverá estar grata a Timor-Leste por este triunfo internacional.

O nosso processo demonstrou a importância do Direito Internacional, demonstrou o peso das Nações Unidas quando há um compromisso sério, e demonstrou que o multilateralismo é a solução. Mais importante do que tudo, o sucesso do caso de Timor-Leste é o sucesso do diálogo e da negociação, os únicos instrumentos válidos para a resolução de conflitos.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Desenganem-se se pensam que a partir daqui começou imediatamente a paz e a tranquilidade para o nosso povo. Reconstruir um país depois de um conflito exige quase tantos sacrifícios como sair dele.

Timor-Leste teve de se reerguer literalmente das cinzas. Não sabíamos o que era ser um Estado de Direito, não tínhamos instituições, nem infraestruturas, nem recursos humanos ou financeiros capazes de facilitar este processo de transição.

Éramos um povo sofrido e cansado, marcado pela violência, pobre e talvez iludido com a ideia de que após alcançada a independência, a vida de todos melhoraria “da noite para o dia”.

Mas não! A construção de um Estado leva anos, ou mesmo décadas. A consolidação da paz num país pobre e fragilizado como era o nosso, exige cuidados de recém-nascido.

E se iniciámos imediatamente, enquanto prioridade nacional, um processo de reconciliação externa, com a vizinha indonésia, e interna, entre os timorenses que foram alvos de táticas divisionistas, não tardou a que as nossas fragilidades fossem superiores às alegrias da independência.

Tivemos crises de violência no país entre 2003 e 2007. O nosso país foi, durante este período, novamente subjugado à violência, morte e destruição, incluindo disputas entre duas das instituições-chave do país para a paz e estabilidade: as forças nacionais de segurança e as forças de defesa.

Voltámos a ter milhares de deslocados internos e medo nos olhos das crianças e mulheres. E tínhamos a pressão internacional, que se por um lado depositava recursos significativos, financeiros e de assistência

técnica, por outro continuava incapaz de compreender as verdadeiras causas da nossa instabilidade.

O divisionismo imposto nas décadas anteriores, não tinha sido erradicado. A miséria de um povo marcado por anos de conflito era agora insuportável, já que o ideal de liberdade tinha sido conquistado, mas o povo continuava aprisionado pelas dificuldades e pela injustiça da pobreza.

Se por um lado estávamos em franco progresso de reconciliação com a Indonésia, porque percebemos que não poderíamos avançar com um processo de construção com sentimentos de ódio, desconfiança e vingança em relação ao nosso vizinho mais próximo, faltava reconciliar as diferenças entre as irmãs e irmãos timorenses.

Tivemos, portanto, de aprender a lidar com a principal fragilidade do nosso Estado que consistia na incapacidade de abordar as causas reais dos problemas de forma sustentável.

Tivemos de impor uma nova postura política junto das instituições, procurando em conjunto soluções inclusivas e duradouras, colocando o interesse coletivo acima de qualquer outro interesse.

E tivemos de restituir a dignidade àqueles que ofereceram inúmeros sacrifícios à causa da independência, incluindo os nossos veteranos e os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, as vítimas atuais das décadas de conflito.

E, claro, tivemos de rever as políticas internas, incluindo na nossa relação com os doadores e Comunidade Internacional, de que só nós conhecíamos intrinsecamente a nossa realidade, para sermos nós a definir a solução para os nossos problemas.

Neste sentido, iniciámos um processo de reforma profundo nas instituições do Estado, incluindo as nossas forças policiais e armadas, não

só apostando na reconciliação das diferenças que as mantinham de costas voltadas, mas corrigindo também os erros cometidos ao nível da sua capacitação e formação.

O discurso dos parceiros de desenvolvimento também foi mudando. Se primeiro estávamos em risco de nos tornarmos um Estado falhado, depois passámos a ser acusados de estar a “comprar a paz”.

Eu digo, ninguém conhece melhor os seus desafios do que os próprios. Para percorrer o caminho da paz, todos os que são parte do problema têm de ser envolvidos e sentirem-se parte da solução.

Em 2009, depois de muito esforço interno de construção da paz e das instituições do Estado, adotámos o mote nacional, por todos acolhido: “Adeus Conflito, Bem-Vindo Desenvolvimento”.

E aqui estamos nós, quinze anos depois, na transição para o desenvolvimento sustentável, sustentado por uma democracia vibrante, pacífica e tolerante.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Durante este processo de abordagem da ajuda internacional ao nosso país, fomos participando em muitas reuniões e fóruns internacionais, promovidos pelos Parceiros de Desenvolvimento e fomos conhecendo muitas nações que, como nós, se reconheciam como Estados frágeis ou afetados por conflito.

Numa dessas reuniões sobre a “eficácia da ajuda internacional”, seis destes países demonstraram interesse em conhecer melhor a nossa história de reconciliação e construção da paz e do Estado.

Assim, em 2010, convidámo-los a ir a Díli, a capital de Timor-Leste, para partilhar perspetivas e experiências. E foi deste encontro em Díli, com

representantes do Afeganistão, da República Centro-Africana, da República Democrática do Congo, da Serra Leoa, do Haiti e da Costa do Marfim, que nasceu a organização intergovernamental a que chamamos g7+.

E explico, g7 (g minúsculo), por oposição ao G7 (G maiúsculo). Ou seja, o grupo mais frágil do mundo por oposição ao grupo mais forte do mundo. O “mais” foi depois acrescentado porque outros vários países, somos agora 20, se quiseram juntar a este grupo.

Desde então temos defendido o diálogo e ações políticas pacíficas nas respetivas regiões e no mundo, que pretendem partilhar as suas experiências e promover a construção da paz e do Estado, a reconciliação e prosperidade neste mundo desigual. E sobre um princípio basilar: de que nada seja decidido sobre nós, sem nós!

E este grupo, agora, com estatuto de observador na ONU, em muito contribuiu para incluir o ODS16 na lista da Agenda Global 2030, já que sem paz e instituições sólidas, é quase impossível alcançar os outros ODS.

Muitos destes “nossos” países, no entanto, ainda não conheceram o seu futuro de paz, como é o caso do Líbano, do Sudão, da República Centro-Africana, da República Democrática do Congo, do Afeganistão ou do Haiti. Estes, como muitos outros, onde não posso deixar de destacar o Myanmar, nosso vizinho no Sudeste Asiático, continuam a ter os seus povos aprisionados à guerra, ao sofrimento e à pobreza extrema.

E eu, convido-vos novamente à reflexão: o que falta para estes povos conseguirem sair da armadilha do conflito?

Em muitos destes casos, estão estabelecidas Missões de Manutenção de Paz há décadas. Mas o que estão a manter? A paz, não é certamente.

Por outro lado, vamos a cimeiras mundiais da paz, como aconteceu este ano para apoiar a Ucrânia, e em vez de se discutirem condições para um cessar-fogo, discutem-se soluções para alimentar o fogo. Não haverá paz onde as partes do conflito não se sentarem a negociar, com honestidade, soluções para a paz e não munições para a guerra.

E enquanto nas Nações Unidas, e noutros fóruns internacionais, se discutem agendas para um futuro de paz e desenvolvimento, isto já quase na reta final para cumprir os ODS em 2030, há líderes mundiais que ao almoço discutem acordos de paz e ao jantar assinam acordos de venda de armas.

Enquanto não houver uma mudança de mentalidade em que a guerra não constrói a paz, e em que se reflita sobre as causas da maioria dos conflitos em países frágeis, as quais estão muitas vezes relacionadas com políticas hegemónicas de nações poderosas e/ou das suas multinacionais, é inglório acreditar num futuro de desenvolvimento sustentável.

Repito, a paz é condição indispensável para o desenvolvimento!

E a paz começa, muitas vezes, em pequenos compromissos até pessoais. E é aqui na universidade, com tantos jovens talentosos, que isto tem de ser inculcado e é a partir dos jovens que se pode começar a fazer a diferença.

Precisamos de paz para poder combater a pobreza, as desigualdades e, também, as alterações climáticas, um novo drama que ameaça a sobrevivência de todos nós e, em particular, dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Como se ainda ninguém tivesse compreendido que no mundo interdependente de hoje, ninguém está seguro, enquanto não estivermos todos seguros!

Excelências
Senhoras e Senhores,

Antes de terminar, não posso deixar de referir alguns dos passos que temos dado com vista ao desenvolvimento sustentável em Timor-Leste.

Conseguimos estabelecer uma governação democrática que garante o acesso gratuito à educação e à saúde, apesar destes serem “eternos” desafios para o país, já que é preciso continuar a garantir mais qualidade.

Desenvolvemos políticas de combate à desigualdade e promoção da inclusão, com destaque para as mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos, para além, claro, dos nossos veteranos.

Investimos na reconstrução das infraestruturas básicas do país, sem as quais não é possível desenvolver os setores sociais e económicos. Por exemplo, o acesso à eletricidade passou de um acesso limitado na capital, para todo o país. Contamos, até ao final do ano, instalar o cabo submarino de fibra ótica, crucial para o desenvolvimento socioeconómico.

Construímos sistemas e mecanismos para a eficácia e transparência da administração pública e gestão financeira e iniciámos o processo de descentralização.

E estamos a iniciar o desenvolvimento dos setores produtivos da nação, investindo também no setor privado para a diversificação económica não petrolífera.

Porém, estamos conscientes que para desenvolvermos o nosso país, ainda temos muito, mas muito, por fazer. Incluindo a criação de emprego para os nossos jovens, já que 65% da nossa população tem menos de 30 anos.

Entretanto, também por ser uma questão de soberania nacional, temos dado prioridade ao estabelecimento de fronteiras marítimas permanentes com os nossos vizinhos, a Austrália e a Indonésia.

Com a Indonésia ainda estamos no início das negociações. Com a Austrália, recorreremos novamente ao Direito internacional, para resolver o nosso diferendo de anos sobre a linha de fronteira.

Timor-Leste estreou o processo de conciliação obrigatória no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), para alcançar, por meios pacíficos e assentes em regras, o seu direito de soberania sobre o seu mar. Este feito, contribuiu também para reforçar a amizade e a cooperação com este país amigo, que é a Austrália.

Como disse, acabámos de celebrar o 25.º aniversário do referendo que nos trouxe a soberania, agora é tempo de defender essa soberania.

Como um pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, Timor-Leste está a lidar com as alterações climáticas e os seus muitos impactos, como a subida do nível do mar, a acidificação do oceano e outras ameaças ao ambiente marinho.

Estamos, por isso, empenhados em fazer parte da gestão internacional dos oceanos para a proteção e preservação do ambiente marinho.

Timor-Leste está localizado na região do Triângulo de Coral, uma região com uma das maiores diversidades biológicas marinhas do mundo.

A localização de Timor-Leste é central para a conservação da biodiversidade marinha na região, e estudos identificaram a ilha de Ataúro, em particular, como um dos locais de maior diversidade de biodiversidade marinha mundialmente.

A proteção da biodiversidade marinha implica uma grande responsabilidade que o povo timorense carrega com honra e não se coíbe de assumir. Além disso, estando situado num mar semifechado, Timor-Leste procura cooperar no que diz respeito à proteção e preservação do ambiente marinho e à investigação científica marinha.

Nos próximos meses, Timor-Leste irá aprovar a sua primeira Política Nacional para a Economia Azul, a qual inclui medidas políticas e legislativas importantes e inovadoras que irão enquadrar a nossa política nacional de governação do oceano para o futuro, garantindo que a minha geração deixará um oceano resiliente e saudável para aqueles que se seguirão a nós.

Conhecendo agora um pouco mais da nossa história, convido-vos a virem conhecer a beleza do nosso povo e do nosso país.

Podem vir admirar os corais mais incríveis e nadar com golfinhos ou, até mesmo, com as incríveis baleias-azuis-pigmeus, que fazem da nossa costa a sua rota migratória.

Em Timor-Leste, quem vier pela paz é bem-vindo.

A paz em todas as suas dimensões: política, económica, social e ambiental, é o que desejamos para todos os lugares do mundo, sem deixar ninguém para trás.

Muito obrigado.
Kay Rala Xanana Gusmão